

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	10
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	30
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	32
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	33
10.5 - Políticas contábeis críticas	34
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	36
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	37
10.8 - Plano de Negócios	38
10.9 - Outros fatores com influência relevante	39

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração aprovou, em 31 de julho de 2019, a Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com).

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pelo plano estratégico da Companhia, relacionados no item 4.1 desse Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, a Companhia utiliza instrumentos de gestão de riscos de processos a fim de prevenir eventos e mitigar consequências à Segurança, Saúde, Meio Ambiente, para seus trabalhadores e público externo, bem como prevenção de impacto à propriedade ou continuidade dos negócios. A empresa adota boas práticas de gestão de riscos, atende aos mecanismos de prevenção e controle previstos na legislação local vigente e também conta com forte controle de treinamento e atualizações de seus procedimentos.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todas as áreas da Companhia participam ativamente do desenho dos processos e são responsáveis pelo registro e controle dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades da Companhia. Diretorias, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração e Fiscal monitoram a eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controles internos da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários. Os processos são mapeados e gerenciados por sistema. Os riscos inerentes aos negócios/atividades e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento dos objetivos. Mas devido a certas limitações, os controles internos podem não evitar ou detectar todos os erros.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, estando atenta às novas tecnologias e boas práticas de mercado em relação a controles internos e investimentos em seus sistemas a fim de aprimorá-los cada vez mais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração aprovou, em 31 de julho de 2019, a Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com), na qual é apresentado, também, o gerenciamento de riscos de mercado.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

(i) *Risco de Crédito*

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem principalmente em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

O risco de crédito de contas a receber de clientes é um risco de natureza financeira relacionado à possibilidade de a Companhia não receber de seus clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de produtos, ou de receber os pagamentos de tais crédito fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas pelos clientes da UNIPAR poderá gerar perdas para a Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do fluxo de caixa, afetando adversamente os negócios.

O risco de crédito de instituições financeiras decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

(ii) *Risco de Liquidez*

Entende-se risco de liquidez o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Incertezas no cenário político brasileiro provocam alta volatilidade nos mercados, impactando os resultados de curto prazo e a visibilidade quanto ao comportamento futuro da economia, impedindo a melhor utilização dos ativos e inibindo os investimentos. São vários pontos de preocupação que podem afetar o resultado da Companhia, tais como crescimento econômico, inflação, nível de renda e emprego, taxa de juros, câmbio, política fiscal, disponibilidade de mão de obra qualificada, infraestrutura deficiente, liquidez nos mercados domésticos de capitais e de empréstimos, elevação do custo de capital humano, entre outros. Além disso, as medidas do governo argentino com relação à economia, inclusive as decisões relativas à inflação, taxa de juros, controle de preços, controles cambiais e impostos, podem ter um efeito adverso significativo sobre o setor privado.

(iii) *Risco com Taxa de Juros*

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas as taxas de juros variáveis.

(iv) *Risco com Taxa de Câmbio*

A Companhia está suscetível à variação cambial em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A estratégia de *hedge* da Companhia é buscar proteção aos impactos negativos das oscilações das principais variáveis de mercado, atrelando os indexadores dos ativos com os indexadores dos passivos.

Uma parcela relevante de nosso endividamento está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Sendo assim, para minimizar esta exposição, parcela relevante de nossas aplicações financeiras também é corrigida por esse índice, sendo que os financiamentos em 31 de dezembro de 2020 apresentavam um custo médio de 215% do CDI e as aplicações financeiras estavam sendo remuneradas em média a 112% do CDI.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos nem contrata instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são as aplicações financeiras e captações de empréstimos (curto e longo prazo), todas em condições normais de mercado adequando os indexadores do ativo com o passivo. A exposição líquida é monitorada pela área de Tesouraria da Companhia, sendo identificadas eventuais operações que possam oferecer risco ao seu patrimônio. A utilização de instrumentos derivativos deve ser submetida para aprovação da Diretoria e posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A gestão dos riscos de mercado é realizada por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança para a Companhia, dentre as quais cabe citar o acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos e o monitoramento contínuo da nossa exposição aos principais índices financeiros atrelados ao nosso endividamento, comparando as condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia também realiza periodicamente análises de sensibilidade, que são estabelecidas com base em premissas com relação ao futuro, regularmente revisadas pela Administração, a fim de ilustrar as alterações das variáveis de mercado nos instrumentos financeiros.

Nesse acompanhamento periódico são examinadas entre outros, o fluxo de caixa, índices de alavancagem, impactos das variações de parâmetros comerciais (preços e velocidade de vendas) na rentabilidade, no fluxo de caixa e no custo de capital.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

As áreas Financeira, de Controladoria e Jurídica da Companhia analisam periodicamente os riscos de mercado e submetem tais análises para análise da Diretoria e do Conselho de Administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão de acordo com as políticas adotadas.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Por meio de sua estrutura organizacional, a Diretoria e o Conselho de Administração monitoram e avaliam a adequação das operações da Companhia por meio da política de gestão de riscos. A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade das suas políticas adotadas são suficientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia possui um compromisso com os seus controles internos de modo a apresentar adequadamente o registro das suas transações, sua posição financeira e os resultados das suas operações.

Nossos diretores avaliaram a confiabilidade dos controles internos da Companhia referente aos processos internos e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras, e acreditam que tais procedimentos são suficientes e eficientes para assegurar a sua qualidade, precisão e confiabilidade.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos divulgados a todo o grupo econômico, bem como em áreas dedicadas e ferramentas específicas para monitoramento de risco.

Todas as áreas que geram transações financeiras (ex.: vendas, custos, despesas, impostos, etc.) participam ativamente do desenho dos seus processos operacionais de registro e controle. A Diretoria, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração, Auditoria Interna, Compliance, Financeiro, Controladoria e Fiscal são responsáveis pelo monitoramento e avaliação quanto à eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controle interno da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários, sendo todos os processos mapeados. Ademais, os riscos inerentes aos negócios/atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento de objetivos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Importante ressaltar que, em 2015, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê de Auditoria (não estatutário) para administrar a relação da Companhia com a auditoria independente e observar a conformidade dos trabalhos realizados.

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O controle interno da Companhia fornece confiabilidade à elaboração das informações e demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros, de modo que os sistemas fornecem confiabilidade somente até certo ponto em relação à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração está continuamente atenta às novas tecnologias, investimentos e boas práticas de mercado em relação a controles internos a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Os relatórios sobre controles internos, emitidos pela área de auditoria interna, bem como pelo auditor independente, são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e aos integrantes do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente**

As recomendações dos auditores independentes para melhoria nos processos de controle interno são diligentemente analisadas pela Companhia quanto à aplicabilidade, a mitigação de riscos e a magnitude e probabilidade de ocorrência e o custo/benefício da implementação de novos processos e controles.

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, foi identificada uma deficiência de controles que pode ser considerada significativa e/ou com impactos relevantes (ausência de evidências de implementação de atividades de controle para identificação e divulgação de transação com partes relacionadas) relativa à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia pelo auditor independente e não houve nenhuma deficiência grave (ou fraqueza material).

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia analisaram a deficiência significativa identificada nos procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e consideram que o potencial erro não distorce o entendimento das Demonstrações Financeiras. De qualquer forma, a Companhia tem trabalhado continuamente na melhoria destes processos e criados mecanismos de controle para evitar recorrência e os planos elaborados serão compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Há uma área de auditoria interna formalmente estabelecida que é responsável pelos trabalhos relacionados a todos os processos da Companhia. O escopo abrange os processos financeiros, fiscais, produtivos, entre outros.

Também há projetos voltados especificamente para controles internos, melhoria de fluxos de informação operacional e gerencial, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimento internos, segurança da informação, além de trabalhos de investigação interna.

Todos estes trabalhos são baseados em um Plano de Auditoria Anual que é submetido ao Comitê de Auditoria, Presidência e Conselho de Administração para validação e aprovação formal.

Adicionalmente, há uma matriz de riscos de auditoria, em que são utilizadas metodologias específicas de avaliação, cálculos e estatísticas para a definição das prioridades a serem auditadas.

Também há um Comitê de Auditoria estabelecido formalmente (não estatutário) e que trata os assuntos relacionados à temas contábeis, financeiros, fiscais, de controles internos e de auditoria, tanto interna quanto externa. Este Comitê é um órgão assessor do Conselho de Administração.

Ainda, a área de *Compliance* trata, operacionalmente de demandas relacionadas à conformidade e integridade da Companhia, devendo fazer o reporte ao Comitê de Ética para que possa deliberar sobre os temas.

Há também auditorias trimestrais e anuais das demonstrações financeiras (ITR e Balanço) da Unipar com emissão de parecer dos auditores independentes, devidamente divulgadas e arquivadas na CVM.

Ainda, há um grupo na Companhia focado especificamente em demandas relacionadas à segurança da informação, gestão de perfis de acesso ao ERP (SAP), aplicação de políticas de segurança, permissões de acesso, campanhas de segurança da informação, entre outros.

Estes assuntos geralmente são tratados pela área de TI e Auditoria Interna em conjunto com o objetivo de executar atividades rotineiras de melhoria de controles internos e *compliance*.

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Conduta, Política de Responsabilidade Social, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política Concorrencial e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos formais e periódicos sobre o tema para todos os colaboradores até a presidência (não abrange conselhos).

Adicionalmente, a área de *Compliance* reporta ao Comitê de Ética formalmente instalado. O Comitê de Ética assessora o Conselho de Administração em assuntos de governança, *compliance*, ética e conduta.

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Área de *Compliance* da Unipar reporta funcionalmente ao CEO e, ainda, reporta para o Comitê de Ética da Companhia para que este possa deliberar sobre os temas.

iii. código de ética ou de conduta

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Conduta, Política de Responsabilidade Social, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política Concorrencial e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos anuais para todos os colaboradores. De acordo com o Código de Conduta da Companhia, é de responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes expressas no Código e, qualquer violação a tais orientações resultará em medidas disciplinares apropriadas, tais como advertência verbal ou escrita, suspensão e demissão, que podem ser adotadas, de acordo com a gravidade da infração, para salvaguardar a reputação e imagem da Companhia e adotar a prática da ética.

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2021. O Código pode ser acessado no site institucional da Companhia (www.unipar.com).

b. canal de denúncias

A Companhia conta com um canal de denúncias formal e independente que recebe todas as ocorrências que necessitam de tratamento e investigação. Esse canal funciona 24 horas, 7 dias por semana.

O canal de denúncias é um mecanismo de comunicação abrangente e confidencial que pode ser usado por colaboradores, fornecedores, clientes ou qualquer interessado para fazer uma denúncia, perguntas e levantar questões em relação ao Código de Conduta da Unipar, políticas da empresa, procedimentos ou comportamentos contrários à lei.

Importante salientar que esse Canal é gerido por uma empresa especializada e o denunciante não precisa se identificar. Há também um link em nossa página institucional para acesso a este Canal.

c. procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em procedimentos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, além do processo de auditoria para identificar os ativos e passivos da outra parte, bem como identificar os seus pontos de riscos, também é realizada uma *due diligence* de integridade, que possui um papel chave na determinação de condições precedentes ao fechamento de uma operação, uma vez que o resultado dessa *due diligence* tem o poder de influenciar o interesse da Companhia em prosseguir ou não com a operação.

A *due diligence* de integridade realizada por assessores externos contratados em conjunto com a área de *Compliance* da Companhia visa identificar aspectos relacionados: i) ao relacionamento existente entre a outra parte e seus colaboradores com autoridades, funcionários públicos, entidades públicas ou pessoas politicamente expostas; ii) ao Programa de Integridade da outra parte, incluindo suas práticas e riscos de *Compliance* envolvidos; iii) aos procedimentos de integridade e de prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros; iv) análise das ocorrências registradas no sistema de denúncias internas para entender o contexto e principais riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

envolvidos para seu futuro tratamento; v) às entrevistas com executivos envolvidos na operação e outros colaboradores estratégicos na estrutura da empresa.

d. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos, bem como não foi identificado um cenário de aumento ou redução na exposição da Companhia aos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar” ou “Controladora”) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“Instrução CVM nº 480/2009”), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela CVM e conforme as International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia (“Diretoria”) entende que a Unipar possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazos. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução de seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua *performance* operacional, seus *covenants* e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (que é a tradução da expressão *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA) e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o LAJIDA (EBITDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se no artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM nº 527, de 5 de outubro de 2012 (“Instrução CVM nº 527/2012”).

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Nas seções abaixo é detalhado o comportamento de cada um destes itens.

Em 2018, a Companhia (i) realizou sua 4ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 350,0 milhões, com rating AA-(bra) / Fitch Ratings, (ii) obteve financiamento bancário no valor de R\$ 111,8 milhões, e (iii) obteve a liberação de R\$ 17,3 milhões, referente ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), sendo que, ao final de 2018, a alavancagem financeira era de 12% devido, principalmente, ao crescimento representativo de caixa e aplicações financeiras em relação a dezembro de 2017.

Em 2019, a Companhia (i) realizou sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 201,0 milhões, como resultado de sua estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures, (ii) contratou financiamento bancário de R\$ 108,0 milhões, e (iii) recebeu liberação de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 22,8 milhões, sendo que, ao final de 2019, a alavancagem financeira era de 11%. Em dezembro de 2019, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2020, dado o ambiente provocado pela pandemia da Covid-19, a Companhia (i) realizou a captação de R\$ 203,0 milhões por meio de financiamentos bancários, buscando a preservação da liquidez financeira durante este período; e (ii) recebeu a liberação de R\$ 10,4 milhões do BNDES. Em contrapartida, amortizou as debêntures da 1ª série de sua 4ª emissão, as debêntures de sua 2ª emissão e as Notas Promissórias de sua 2ª emissão, conforme cronograma original. Em dezembro de 2020, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi afirmado em AA(bra) / Fitch Ratings.

Na tabela abaixo, é apresentado o índice de alavancagem financeira. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, tendo a dívida bruta aumentado em 5,3% em relação a 2019, com valor total de R\$ 713,5 milhões, e caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras aumentado 116,4% em relação a 2019, atingindo o montante R\$ 1.113,8 milhões, totalizando um saldo negativo de dívida líquida consolidada no valor de R\$ 400,2 milhões. Ao longo de 2019, houve amortização líquida de empréstimos de capital de giro e de debêntures no valor de R\$ 350,3 milhões, com redução de caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras de R\$ 346,8 milhões, redução de 40,3% em relação a 2018. A dívida líquida consolidada em 2018 era de R\$ 166,4 milhões, redução de 62,1% em relação a 2017, que era de R\$ 438,6 milhões, sendo tal redução afetada pelo aumento de saldo de caixa em relação a dezembro/2017 e compensado, parcialmente, (i) pela 4ª emissão de debêntures pela Controladora, no valor de R\$ 350,0 milhões, em março de 2018 e (ii) pela contratação de financiamento bancário de R\$ 117,8 milhões, reduzindo, também o índice de alavancagem financeira de 44% para 11%.

Índice de Alavancagem Financeira Consolidado (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	713.540	677.548	1.027.846
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	<i>924.852</i>	<i>301.525</i>	<i>201.542</i>
<i>Aplicações financeiras</i>	<i>188.908</i>	<i>213.158</i>	<i>659.939</i>
Dívida líquida	(400.220)	162.865	166.365
Total do patrimônio líquido ¹	1.725.007	1.473.053	1.347.520
Índice de alavancagem financeira	-23%	11%	12%

Abaixo encontra-se o cálculo do EBITDA e indicador dívida líquida/EBITDA, tomando como base o EBITDA Consolidado calculado conforme a Instrução CVM nº 527/2012.

EBITDA Consolidado (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro Líquido	370.215	172.358	547.440
(+) Imposto de renda e contribuição social	230.942	84.252	129.297
(+) Resultado financeiro líquido	147.363	140.921	153.905
(+) Depreciação e amortização	197.951	183.080	176.380
EBITDA	946.471	580.611	1.007.022
Dívida líquida Consolidada	(400.220)	162.865	166.365
Dívida líquida/EBITDA	-	0,28x	0,17x

O EBITDA (calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012), em 2020, foi de R\$ 946,5 milhões, 63,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

superior ao registrado em 2019, devido, principalmente, ao aumento da receita em função do aumento no volume de vendas e do preço internacional do PVC, com consequente aumento do lucro líquido da Companhia. Em 2019, o EBITDA foi de R\$ 580,6 milhões, inferior em 42,3% em relação aos R\$ 1.007,0 milhões de 2018, decorrente, principalmente, da queda na receita e aumento dos preços dos insumos e matérias-primas.

Índices de liquidez

Índices de Liquidez - Consolidado		2020	2019	2018
Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	1,54	1,54	1,42
Geral	(Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,79	0,68	0,70

Em 2020, o índice de liquidez corrente consolidado se manteve igual ao ano de 2019, tendo o índice de liquidez geral aumentado de 0,68 para 0,79, decorrente, principalmente, do aumento do montante disponível em caixa na Companhia. Em 2018, os índices eram de 1,42 para a liquidez corrente e de 0,70 para a liquidez geral.

b. Estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. A seguir é demonstrada a composição do capital social e a gestão das estruturas que financiam as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 94.432.872 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 101.680.741 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 91.145.679 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. As alterações no capital social ao longo dos períodos foram decorrentes de bonificações, cancelamento de ações em tesouraria recompradas através do programa de recompra de ações e de conversões de ações preferenciais da classe A em igual número de ações preferenciais da classe B, em atendimento às solicitações de acionistas detentores de ações preferenciais classe "A", considerando a faculdade prevista no Artigo 7º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia.

Capital Social	2020	Part.	2019	Part.	2018	Part.
Ordinárias	33.007.970	35%	35.252.274	35%	30.381.893	33%
Preferenciais Classe "A"	2.466.991	3%	2.812.040	3%	2.529.502	3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Preferenciais Classe “B”	58.957.911	62%	63.616.427	62%	58.234.284	64%
Capital Social Total	94.432.872	100%	101.680.741	100%	91.145.679	100%

Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira, conforme apresentado no item 10.1.a acima.

A tabela abaixo demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Estrutura de Capital - Consolidado	2020	AV	2019	AV	2018	AV
Passivo exigível – capital de terceiros	2.769.258	62%	2.235.598	60%	2.596.688	64%
Patrimônio líquido – capital próprio	1.725.007	38%	1.473.053	40%	1.445.942	36%
Exigível / PL	1,61	-	1,50	-	1,80	-
Total do passivo – capital total	4.494.267	100%	3.708.653	100%	4.042.632	100%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, sua posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila (“PVC”), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram de R\$ 924,9 milhões e R\$ 188,9 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram, respectivamente, de R\$ 301,5 milhões e de R\$ 213,2 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 foram, respectivamente, de R\$ 201,5 milhões e de R\$ 659,9 milhões.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

Em relação à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu, por meio de suas controladas, um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% ao ano. Tal dívida será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

Em 2020, a Companhia realizou a captação de R\$ 203,0 milhões em financiamentos bancários, buscando a preservação da liquidez financeira durante o período de pandemia. Em contrapartida, amortizou as debêntures da 1ª série de sua 4ª emissão, as debêntures de sua 2ª emissão e as notas promissórias de sua 2ª emissão, conforme cronograma de pagamento original das emissões.

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 201,0 milhões, compondo a estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures para aumento do prazo médio e redução do custo do endividamento, de modo que seu rating foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings em dezembro de 2019.

Em 2018, a Companhia realizou sua 4ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 350,0 milhões, com rating AA-(bra) / Fitch Ratings, assim como contratou financiamento bancário de R\$ 111,8 milhões e firmou contrato de financiamento com o BNDES para modernização da planta de PVC a unidade de Santo André (Unipar Indupa do Brasil S.A.), no montante total de R\$ 63,5 milhões, dos quais R\$ 22,8 milhões foram liberados em 2019 e R\$ 17,3 milhões liberados em 2018.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém, adicionalmente, linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazos e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Diretoria da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Conforme mencionado anteriormente, a Diretoria da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico e para perpetuidade e sucesso de seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazos, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os exercícios de 2020, 2019 e 2018 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 2,8 milhões, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,6 bilhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 713,5 milhões, R\$ 677,5 milhões e R\$ 1.027,8 milhões, respectivamente.

Endividamento total

Endividamento - Consolidado (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de					
	2020	AV	2019	AV	2018	AV

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante	1.220.159	44%	782.357	35%	1.129.665	44%
Empréstimos e financiamentos	340.730	12%	177.566	8%	477.918	18%
Outros	879.429	32%	604.791	27%	651.747	26%
Passivo não circulante	1.549.099	56%	1.450.521	65%	1.467.023	56%
Empréstimos e financiamentos	372.810	13%	499.982	22%	549.928	21%
Outros	1.176.289	42%	950.539	43%	917.095	35%
Passivo total	2.769.258	100%	2.232.878	100%	2.596.688	100%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2020	2019	2018
BNDES	R\$	TJLP + 1,40% a.a.	4.810	14.433	21.237
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	29.195	24.570	10.037
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	21.662	16.832	7.308
BNDES	R\$	SELIC + 2,36% a.a.	2.139	4.856	7.200
BNDES	R\$	TJLP + 2,23% a.a.	1.698	3.962	6.206
Capital de giro	USD	6,25% a.a.	-	4.019	29.996
Capital de giro	AR\$	65,08% a.a.	-	-	10.895
Capital de giro	AR\$	56,00%	1	6.147	9.086
Capital de giro	AR\$	51,39%	-	-	59
Capital de giro	R\$	CDI + 1,25% a.a.	106.938	108.047	-
Capital de giro	R\$	CDI + 3,50% a.a.	81.229	-	-
Capital de giro	R\$	CDI + 3,58% a.a.	128.215	-	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	-	112.923
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 3,62% a.a.	-	-	74.625
Cédula de crédito bancário	R\$	8,10% a.a.	-	-	46.177
Compror	R\$	8,23% a.a.	-	-	23.592
Debêntures - 2ª emissão	R\$	CDI + 2,00% a.a.	-	50.010	151.872
Debêntures - 3ª emissão	R\$	CDI + 3,50% a.a.	-	-	51.862
Debêntures - 4ª emissão	R\$	CDI + 2,15% a.a.	138.862	155.805	356.058
Debêntures - 5ª emissão	R\$	CDI + 1,25% a.a.	198.791	200.335	-
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	49.734	49.902
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 3,65% a.a.	-	-	9.308
Notas promissórias	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	38.798	49.503
Total			713.540	677.548	1.027.847

¹Indexadores referentes ao último período apresentado

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantinha qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no subitem (i) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante os três últimos exercícios sociais, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Em 31 de dezembro de 2020, a totalidade do saldo dos financiamentos da Controladora junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão equivalia a R\$ 3,8 milhões (R\$ 8,8 milhões em 2019) e é garantida por terrenos, edificações e equipamentos da Controladora, sendo os únicos financiamentos contratados com garantia real. Para a modernização da planta de PVC da unidade de Santo André, o saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 34,0 milhões (R\$ 23,4 milhões em 2019).

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos, estabelecendo obrigações quanto à manutenção de índices financeiros, como demonstrado na tabela abaixo. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de condução dos negócios da Companhia. Abaixo está apresentado o resumo das garantias e dos *covenants* consolidados das linhas de financiamento da Companhia.

Credor	Indexador	Saldo em 31/12/2020 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
BNDES	TJLP + 1,40% a.a.	4.810	Fiança bancária	Sem covenants financeiros
BNDES	IPCA + 2,14% a.a.	29.195	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	TJLP + 1,87% a.a.	21.662	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	SELIC + 2,36% a.a.	2.139	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente $\geq 0,8$; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
BNDES	TJLP + 2,23% a.a.	1.698	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente $\geq 0,8$; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
Debêntures 4ª emissão	CDI + 2,15% a.a.	138.862	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credor	Indexador	Saldo em 31/12/2020 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
				Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 5ª emissão	CDI + 1,25% a.a	198.791	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

¹ EBITDA, conforme instrumento de escritura particular da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 22 de março de 2018, bem como instrumento de escritura particular da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de junho de 2019, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

Em 2020, não houve correspondente ao indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia dado que dívida líquida estava negativa em R\$ 400,2 milhões. Em 2019, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,28x e, em 2018, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,17x.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um saldo ainda não utilizado/liberado de cerca de R\$ 17,8 milhões, referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações de Resultado (R\$ mil)	Consolidado							
	2020	AV	2019	AV	2018	AV	AH 2020 x 2019	AH 2019 x 2018
Receita operacional líquida	3.868.223	100%	3.048.730	100%	3.469.133	100%	27%	-12%
Custo dos produtos vendidos – CPV	(2.533.636)	65%	(2.231.876)	73%	(2.209.155)	64%	14%	1%
Lucro bruto	1.334.587	35%	816.854	27%	1.259.978	36%	63%	-35%
<i>Margem bruta</i>	<i>35%</i>	<i>-</i>	<i>27%</i>	<i>-</i>	<i>36%</i>	<i>-</i>	<i>8 p.p.</i>	<i>-9 p.p.</i>
Despesas com vendas	(175.387)	5%	(153.097)	5%	(151.203)	4%	15%	1%
Despesas gerais e administrativas	(381.393)	10%	(280.737)	9%	(247.578)	7%	36%	13%
Resultado de equivalência patrimonial	(2.342)	-	(6.507)	-	941	-	-64%	-
Outras receitas (despesas) oper, líquidas	(26.945)	-1%	21.018	1%	(31.496)	1%	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	748.520	19%	397.531	13%	830.642	24%	88%	-52%
Resultado financeiro líquido	(147.363)	4%	(140.921)	5%	(153.905)	4%	5%	-8%
Lucro antes do IR e CSLL	601.157	16%	256.610	8%	676.737	20%	134%	-62%
Provisão para IR e CSLL	(230.942)	6%	(84.252)	3%	(129.297)	4%	174%	-35%
Lucro (prejuízo) líquido	370.215	10%	172.358	6%	547.440	16%	115%	-69%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada, em 2020, foi de R\$ 3.868,2 milhões, 26,9% superior ao ano de 2019, resultante do aumento no volume de vendas e do preço internacional de PVC, além do incremento do comercializado de soda/cloro e derivados. Em 2019, a receita operacional líquida foi de R\$ 3.048,7 milhões, redução de 12% em relação a 2018, sendo tal variação decorrente, principalmente, da queda relevante nos preços médios de venda da soda cáustica, nos volumes comercializados, bem como na menor utilização da capacidade das plantas de PVC e seu efeito negativo no preço. Em 2018, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.469,1 milhões, superior em 15% em relação a 2017, variação decorrente, principalmente, do aumento dos preços médios de venda, refletindo o comportamento do preço da soda no mercado internacional, além do efeito do crescimento da taxa média do câmbio.

Custo dos produtos vendidos – CPV

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 2.533,6 milhões, crescimento de 13,5% em relação a 2019, resultante, principalmente, do aumento do volume de vendas de soda cáustica e PVC e do custo dos principais insumos, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, cujo impacto afeta parcialmente o CPV. Em 2019, o CPV foi de R\$ 2.231,9 milhões, apresentando aumento de 1,0% em relação a 2018. O aumento do preço dos insumos e matérias-primas, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, foi o principal responsável pelo crescimento no CPV no ano de 2019, parcialmente compensado pela reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no 2º semestre de 2018, devido à uniformização de critérios e sistemas. Em 2018, o CPV consolidado foi de R\$ 2.209,1 milhões, crescimento de 4% em relação a 2017, sendo tal variação influenciada pelo aumento nos preços dos insumos e matérias-primas, principalmente do etileno, gás natural e sal.

Lucro bruto e margem bruta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O lucro bruto consolidado foi de R\$ 1.334,6 milhões, crescimento de 63,4% em relação a 2019, devido, principalmente, ao crescimento da receita. Tal lucro bruto corresponde a uma margem de 35% em relação à receita líquida. Em 2019, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 816,9 milhões em 2019, com uma margem bruta de 27%, sendo tal redução de 35% em relação a 2018 decorrente, principalmente, da queda da receita. Em 2018, o lucro bruto foi de R\$ 1.260,0 milhões, representando aumento de 39% em relação a 2017, decorrente de um crescimento da receita superior ao crescimento do CPV.

Despesas com vendas

As despesas com vendas consolidadas foram de R\$ 175,4 milhões, 14,6% superior em relação a 2019, em função do maior volume de vendas no acumulado do ano. As despesas com vendas somaram R\$ 153,1 milhões em 2019, aumento de 1% em relação a 2018, em função, principalmente, da utilização da tabela nacional de frete divulgada pela ANTT. Em 2018, as despesas com vendas foram de R\$ 151,2 milhões, redução de 14% em relação a 2017, reflexo do menor volume de vendas na unidade de Cubatão.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas consolidadas foram de R\$ 381,4 milhões, 35,9% superior a 2019, decorrente do exercício do plano de outorga de ações ocorrido no 1T20, que correspondeu a uma despesa de R\$ 48,0 milhões (com efeito caixa de R\$ 24,0 milhões), de despesas pontuais com honorários advocatícios e serviços de consultoria relacionadas ao fechamento do processo de constituição da Tucano Holdings. As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 280,7 milhões em 2019, aumento de 13% em relação a 2018, sendo tal aumento resultante, sobretudo, da reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no montante de R\$ 30,8 milhões. Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 247,6 milhões, crescimento de 25% em relação a 2017. Tal variação foi resultante, principalmente, do incremento da amortização da mais valia, decorrente da revisão da estimativa de vida útil dos bens da controlada Unipar Indupa S.A.I.C., que gerou uma despesa de R\$ 29,0 milhões em 2018, bônus atrelados a superação da meta EBITDA da Companhia e incentivos culturais com benefício fiscal.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, em 2020, registraram uma despesa de R\$ 26,9 milhões, enquanto 2019 registrou uma receita de R\$ 21,0 milhões, devido, principalmente, ao registro de ativo contingente referente à ação frente à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. no quarto trimestre de 2019. Em 2018, a despesa foi de R\$ 31,5 milhões, redução de 69% em relação a 2017, devido, principalmente, à receita referente ao ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. de R\$ 48,9 milhões no primeiro trimestre de 2018, reversão de provisão de empréstimo antigo com acordo homologado no terceiro trimestre de 2018, no valor de R\$ 23,0 milhões e provisão para reestruturação constituída no início de 2017 para consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C., sem correspondência em 2018, parcialmente compensado pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 46,3 milhões de clientes, em especial, na Argentina.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial consolidado foi negativo em R\$ 2,3 milhões em 2020, referente ao resultado da participação na empresa de energia Solalban, impactado pela aplicação do ajuste por hiperinflação da Argentina (IAS 29). Em 2019, tal resultado foi negativo em R\$ 6,5 milhões e, em 2018, foi de R\$ 0,9 milhão positivo.

Resultado financeiro líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro líquido, em 2020, foi negativo em R\$ 147,4 milhões, 4,6% superior a 2019, impactado pela variação cambial R\$/US\$. Em 2019, tal resultado foi negativo em R\$ 140,9 milhões, redução de 8,4% em relação a 2018 devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do câmbio na dívida com terceiros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo efeito da aplicação do IAS 29 referente à hiperinflação na Argentina. Em 2018, o resultado foi de R\$ 153,9 milhões negativos, crescimento de 64% em relação a 2017, sendo tal variação explicada, principalmente, pela variação cambial sobre débitos com terceiros. Esta exposição em moeda estrangeira é controlada pela Companhia, que tem cerca de 80% de sua receita atrelada à mesma moeda, absorvendo assim impactos negativos sobre este débito. Estas despesas financeiras foram parcialmente compensadas pela receita do efeito de aplicação da hiperinflação na Argentina.

Provisão para IR e CSLL

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CSLL especialmente o lucro. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2020, a provisão para IR e CSLL foi de R\$ 230,9 milhões e de R\$ 84,3 milhões em 2019 e de R\$ 129,3 milhões em 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2020	AH 2019
	2020	AV	2019	AV	2018	AV	x 2019	x 2018
Circulante	1.880.619	42%	1.207.780	32%	1.600.103	39%	56%	-25%
Caixa e equivalentes de caixa	924.852	21%	301.525	8%	201.542	5%	207%	50%
Aplicações financeiras	188.908	4%	213.158	6%	659.939	16%	-11%	-68%
Contas a receber de clientes	534.092	12%	381.822	10%	449.321	11%	40%	-15%
Impostos a recuperar	29.165	1%	48.858	1%	65.201	2%	-40%	-25%
Estoques	189.238	4%	209.591	6%	198.621	5%	-10%	6%
Despesa antecipada	1.876	-	2.479	-	2.018	-	-24%	23%
Outros ativos circulantes	12.488	-	50.347	1%	23.461	1%	-75%	115%
Não circulante	2.627.678	58%	2.511.041	68%	2.442.527	60%	5%	3%
Ativo Realizável a Longo Prazo	313.429	7%	306.504	8%	223.849	6%	2%	37%
Impostos a recuperar	15.073	-	11.318	-	15.848	-	33%	-29%
Estoques	69.714	2%	52.923	1%	43.819	1%	32%	21%
Depósitos Judiciais	53.361	1%	47.305	1%	41.436	1%	13%	14%
IR e CSLL diferidos	142.971	3%	172.339	5%	100.123	2%	-17%	72%
Outros ativos não circulantes	32.310	1%	22.619	1%	22.623	1%	-	-
Investimentos	66.961	1%	13.325	-	12.594	-	403%	6%
Imobilizado	1.949.684	43%	1.890.717	51%	1.906.835	47%	3%	-1%
Intangível	297.604	7%	300.495	8%	299.249	7%	-1%	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total do ativo	4.508.297	100%	3.718.821	100%	4.042.630	100%	21%	-8%
----------------	-----------	------	-----------	------	-----------	------	-----	-----

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante***Caixa e equivalentes de caixa***

A conta de caixa e equivalentes de caixa consolidada somou, em 2020, o montante de R\$ 924,9 milhões, resultante, principalmente da geração de caixa operacional da Companhia. Em 2019, a conta de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 301,5 milhões dada a geração de caixa da Companhia. Em 2018, era de R\$ 201,5 milhões, devido à geração de caixa da Companhia e reforço de caixa através de emissão de debêntures.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, totalizavam R\$ 188,9 milhões, sendo 100% em cotas de fundos de investimento. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras somaram R\$ 213,2 milhões (R\$ 127,3 milhões em cotas de fundos de investimentos e R\$ 85,9 milhões em certificados de depósitos bancários). Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras somaram R\$ 659,9 milhões (R\$ 599,3 milhões investimentos cotas de fundos, R\$ 58,6 milhões em certificados de depósitos bancários e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações).

Contas a receber de clientes e estoques

O saldo de contas a receber de clientes consolidada somou R\$ 534,1 milhões em 2020, crescimento de 40% em relação ao ano de 2019 devido, principalmente, ao período de pandemia. O saldo de estoques ficou em R\$ 189,3 milhões em 2020. Em 2019, o saldo de contas a receber era de R\$ 381,8 milhões e o saldo de estoque de R\$ 209,6 milhões. Em 2018, o saldo de contas a receber era de R\$ 449,3 milhões e o saldo de estoque atingiu R\$ 198,6 milhões.

Impostos a recuperar

A conta de impostos a recuperar consolidado, em 2020, era de R\$ 29,2 milhões. Em 2019, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 48,9 milhões, sendo que, em 2018, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 65,2 milhões. Tal redução ocorreu devido, principalmente, pela compensação do imposto de renda e outros impostos em controlada.

Outros ativos circulantes

O saldo de outros ativos circulantes consolidado era de R\$ 12,5 milhões em 2020. Em 2019, o saldo de outros ativos circulantes consolidados foi de R\$ 50,3 milhões e de R\$ 23,6 milhões em 2018, dentro dos quais estão incluídos adiantamento a fornecedores e colaboradores e seguros.

Ativo não circulante***Impostos de renda e contribuição social diferidos***

O saldo de IR e CSLL diferidos, em 2020, era de R\$ 143,0 milhões, abaixo do valor registrado em 2019 de R\$ 172,3 milhões devido, principalmente, ao efeito do término da compensação do prejuízo fiscal em controlada da Companhia. Em 2018, o esse mesmo saldo era de R\$ 100,1 milhões.

Investimentos

A conta de investimentos consolidado se refere à controlada indireta da Companhia Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país e, 2020, passou a incluir a joint venture de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

controle compartilhado para geração de energia eólica – Tucano Holdings. Em 2020, registrou R\$ 67,0 milhões, R\$ 13,3 milhões em 2019 e R\$ 12,6 milhões em 2018.

Imobilizado

O saldo da conta de imobilizado consolidada era de R\$ 1.949,7 milhões em 2020, aumento de 3% em relação ao saldo de R\$ 1.890,7 milhões em 2019, devido aos investimentos realizados no período, parcialmente compensados pela depreciação no mesmo período. Em 2018, o saldo era de R\$ 1,906,8 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2020	AH 2019
	2020	AV	2019	AV	2018	AV	x 2019	x 2018
Circulante	1.220.159	27%	785.077	21%	1.129.665	28%	55%	-31%
Fornecedores	238.342	5%	182.468	5%	193.972	5%	31%	-6%
Empréstimos	340.730	8%	177.566	5%	477.918	12%	92%	-63%
Salários e encargos	120.632	3%	63.002	2%	89.780	2%	91%	-30%
Imposto de renda e contrib. social	117.336	3%	40.476	1%	57.572	1%	190%	-30%
Outros impostos e contrib. a pagar	97.870	2%	32.822	1%	30.182	1%	198%	9%
Dividendos a pagar	23.459	1%	54.437	1%	38.720	1%	-57%	41%
Energia Elétrica	185.386	4%	174.180	5%	181.562	4%	6%	-4%
Débito com terceiros	1.950	-	300	-	199	-	550%	51%
Passivo ambiental	19.491	-	13.542	-	4.522	-	44%	199%
Outros passivos circulantes	74.963	2%	46.284	1%	55.238	1%	62%	-16%
Não circulante	1.549.099	34%	1.450.521	39%	1.467.023	36%	7%	-1%
Empréstimos	372.810	8%	499.982	13%	549.928	13%	-25%	-9%
Salários e encargos sociais	3.779	-	4.315	-	2.498	-	-12%	73%
Outros impostos e contribuições a pagar	46.454	1%	-	-	386	-	-	-
IR e CSLL dif	317.912	7%	296.628	8%	273.968	7%	7%	8%
Obrigações com benef. empregados	56.318	1%	50.250	1%	43.200	1%	12%	16%
Demandas Judiciais	35.731	1%	41.392	1%	49.410	1%	-14%	-16%
Passivo ambiental	4.581	-	6.566	-	17.346	-	-30%	-62%
Débito com terceiros	711.015	16%	551.388	15%	530.287	13%	29%	4%
Outros passivos não circulantes	499	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	2.769.258	61%	2.235.598	60%	2.596.688	64%	24%	-14%
Patrimônio líquido	1.739.039	39%	1.483.223	40%	1.445.942	35%	17%	3%
Capital social	699.002	16%	699.002	19%	474.415	12%	-	47%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2020	AH 2019
	2020	AV	2019	AV	2018	AV	x 2019	x 2018
Ações em tesouraria	(1.154)	-	(101.459)	-3%	(33.221)	1%	-99%	205%
Reserva de lucros	804.599	18%	736.249	20%	872.230	22%	9%	-16%
Outros resultados abrangentes	222.560	5%	139.261	4%	34.096	1%	60%	308%
Participação dos acionistas não controladores	14.032	-	10.170	-	98.422	2%	38%	-90%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.508.297	100%	3.718.821	100%	4.042.630	100%	21%	-8%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante***Fornecedores***

O saldo de fornecedores consolidado, em 2020, era de R\$ 238,3 milhões, acima do valor de R\$ 182,5 milhões registrado em 2019 decorrente, principalmente, do maior volume de produção e vendas no ano. Em 2018, este saldo foi de R\$ 194,0 milhões.

Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo somaram R\$ 340,7 milhões em 2020, aumento de 92% em relação a 2019, devido à captação de recursos financeiros para reforço de caixa. Em 2019, o saldo era de R\$ 177,6 milhões e de R\$ 477,9 milhões em 2018. A redução entre os anos de 2018 e 2019 foi devido à amortização de empréstimos de capital de giro e debêntures ao longo de 2019.

Salários e encargos

O saldo de salários e encargos, em 2020, atingiu o valor de R\$ 120,6 milhões devido, principalmente, ao aumento na provisão de salários e encargos, enquanto 2019 registrou um valor de R\$ 63,0 milhões. Em 2018, o saldo era de R\$ 89,8 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

A conta de IR e CSLL encerrou o ano de 2020 em R\$ 117,3 milhões, acima do valor de R\$ 40,5 milhões registrado em 2019, devido, principalmente, ao efeito do término da compensação do prejuízo fiscal em controlada da Companhia e de melhor resultado da Companhia no ano. Em 2018, o saldo era de R\$ 57,6 milhões.

Outros impostos e contribuições a pagar

O saldo de outros impostos e contribuições a pagar, em 2020, era de R\$ 97,9 milhões, acima do valor registrado em 2019 de R\$ 32,8 milhões, decorrente da adesão da Companhia, em 2020, ao parcelamento do ICMS regulamentado através de decreto devido ao período de pandemia. Em 2018, o saldo era de R\$ 30,2 milhões, em linha com o ano de 2019.

Dividendos a pagar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum pagamento de juros sobre o capital próprio.

Para o exercício de 2020, houve a distribuição de dividendos intermediários, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2020, no valor total de R\$ 72,0 milhões. O valor total apurado como dividendos obrigatórios (25%) para o exercício de 2020 é de R\$ 87,3 milhões, sendo que a distribuição dos R\$ 15,3 milhões remanescentes serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 20 de abril de 2020. Na mesma assembleia, também, será deliberado o pagamento de dividendos extraordinários no valor de R\$ 96,4 milhões, à conta de reserva de lucros a realizar. Sendo assim, o montante total proposto para distribuição total de dividendos do ano é de R\$ 183,7 milhões, dos quais \$ 72,0 milhões já foram pagos.

Para o exercício de 2019, foi apurado um dividendo obrigatório de R\$ 41,2 milhões, os quais foram deliberados através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de abril de 2020, nos termos e forma autorizados pelo artigo 2º da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, e pagos a partir de 22 de abril de 2020.

Em 2018, houve a deliberação de dividendos intermediários antecipado relativos ao exercício de 2018, de R\$ 100,0 milhões e uma deliberação de dividendos adicionais de lucros a realizar de exercícios anteriores no montante de R\$ 20,5 milhões. Para o exercício de 2018, foi apurado um dividendo obrigatório de R\$ 125,4 milhões, dos quais R\$ 100,0 milhões foram pagos em outubro de 2018 e o restante, em abril de 2019.

Energia elétrica

Em 2015, o saldo a pagar de energia elétrica da Controladora foi de R\$ 41 milhões, no qual houve um acréscimo no valor aproximado de R\$ 29 milhões. A publicação inicial dos valores da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), relativos ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, indicava alta majoração destes encargos, o que levou a Companhia e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança do encargo com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do terceiro trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia provisiona integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetua os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2020, os respectivos processos permaneciam em andamento.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela ABRACE. Não houve concessão de liminar e a sentença foi improcedente.

A Companhia, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente “para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”, sendo certo que a Companhia mantém provisão dos valores. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia já está recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Referido pagamento vem sendo realizado mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo.

Débitos com terceiros

Em 2020, conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado correspondia a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no curto prazo, no valor de R\$ 2,0 milhões, referente a pagamento de juros (R\$ 300 mil em 2019 e R\$ 199 mil em 2018). As alterações nos saldos são decorrentes das variações cambiais, dado que o débito com terceiros é em moeda estrangeira (dólar norte-americano).

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado, em 2020, era de R\$ 19,5 milhões e de R\$ 13,5 milhões em 2019. O aumento representativo ocorreu entre os anos 2018, cujo saldo era de R\$ 4,5 milhões, e 2019, devido à transferência entre curto e longo prazo de tal passivo.

Outros passivos circulantes

O saldo de outros passivos circulantes era de R\$ 75,0 milhões em 2020, R\$ 46,3 milhões em 2019 e de R\$ 55,2 milhões em 2018. Tais saldos são compostos, principalmente, por despesas alfandegárias, provisões de fretes e adiantamentos de clientes.

Passivo não circulante***Empréstimos e financiamentos***

Em 2020, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somaram R\$ 372,8 milhões, enquanto 2019 apresentou um saldo de R\$ 500,0 milhões e de R\$ 550,0 milhões em 2018. A variação foi decorrente da transferência de longo prazo para curto prazo de alguns financiamentos, parcialmente compensados por captações (capital de giro e debêntures) realizadas nestes anos.

Outros impostos e contribuições a pagar

Em 2020, o saldo de IR e CSLL era de R\$ 46,5 milhões, enquanto 2019 apresentava saldo zero e, em 2018, tinha saldo de R\$ 0,4 milhão. A constituição deste saldo em 2020 foi decorrente do parcelamento do ICMS realizado, com prazo de 5 anos.

IR e CSLL diferidos

Em 2020, 2019 e 2018, as principais movimentações desta rubrica foram a constituição de créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores, créditos de diferenças temporárias relacionadas a contingências, acréscimo dos saldos de impostos diferidos passivos, inerentes à diferença de taxas de depreciação contábil e fiscal, e utilização dos créditos fiscais relacionados à incorporação da Controlada Unipar Indupa S.A.I.C. Os saldos em 2020, 2019 e 2018 foram de R\$ 317,9 milhões, R\$ 296,6 milhões e R\$ 274,0 milhões, respectivamente.

Obrigações com benefícios aos empregados

Em 2020, o saldo da conta de obrigações com benefícios aos empregados era de R\$ 56,3 milhões e de R\$ 50,3 milhões em 2019 e de R\$ 43,2 milhões em 2018. A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc. Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Demandas judiciais

Em 2020, o saldo de demandas judiciais consolidado era de R\$ 35,7 milhões, enquanto, em 2019, era de R\$ 41,4 milhões e, em 2018, era de R\$ 49,4 milhões. A Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classifica a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em “provável”, “possível” e “remota”. Para as causas consideradas “prováveis” são constituídas provisões.

Débitos com terceiros

Em 2020, o débito consolidado correspondia à dívida da Controlada com a Solvay Vinyls Holding AG, conforme explicado no item 10.1.c, o qual, no longo prazo, era de R\$ 711,0 milhões. Em 2019, era de R\$ 551,4 milhões e, em 2018, de R\$ 530,3 milhões. As alterações nos saldos são decorrentes das variações cambiais, dado que o débito com terceiros é em moeda estrangeira (dólar norte-americano).

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado, em 2020, era de R\$ 4,6 milhões. Em 2019, era de R\$ 6,6 milhões e de R\$ 17,3 milhões em 2018, sendo tal variação decorrente da transferência de saldos do longo para o curto prazo.

FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	Consolidado			AH 2020 x	AH 2019 x
	2020	2019	2018	2019	2018
Caixa líquido nas atividades operacionais	1.068.636	454.991	892.266	135%	-49%
Caixa líquido nas atividades de investimento	(151.062)	292.134	(536.321)	-	-
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(288.158)	(754.980)	(235.681)	-62%	204%
Efeito var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa	(6.089)	107.838	2.719	-	3.866%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	623.327	99.983	122.983	523%	-19%

Atividades operacionais

Em 2020, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 1.068,6 milhões, 135% acima do valor gerado em 2019 (R\$ 455,0 milhões), resultante do aumento da receita consolidada com aumento no volume de vendas e do preço internacional do PVC, além do incremento da comercialização de soda/cloro. Na comparação 2019 x 2018, houve queda na geração líquida, sendo tal redução resultante de queda na receita e preço de venda dos produtos da Unipar.

Atividades de investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2020, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades de investimento foi negativo em R\$ 151,1 milhões com aporte de capital em empresa investida (Tucano Holdings) e aplicações em imobilizado e intangíveis. Em 2019, a geração foi positiva em R\$ 292,1 milhões, devido, principalmente, às aplicações financeiras líquidas de resgate no período, enquanto que, em 2018, foram aplicados R\$ 536,3 milhões.

Atividades de financiamento

Em 2020, foram aplicados R\$ 288,2 milhões nas atividades de financiamento devido à amortização de debêntures, empréstimos e notas promissórias, pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos e recompra de ações de própria emissão, parcialmente compensados pela captação de R\$ 203,0 milhões em financiamento bancário para fazer frente a possíveis necessidades financeiras provenientes da pandemia. Em 2019, houve a aplicação de R\$ 759,0 milhões nas atividades de financiamento devido ao relevante montante de amortização de empréstimos e debêntures e pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos. Em 2018, o desembolso foi de R\$ 235,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das operações da Companhia****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro e derivados de cloro, soda cáustica e PVC, através de três plantas localizadas nos municípios de Cubatão (SP-Brasil), Santo André (SP-Brasil) e Bahía Blanca (Argentina), sendo sua receita composta por estes três produtos e seus derivados.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

Receita Líquida (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e derivados de cloro e PVC	3.868.223	100,0%	3.048.730	100,0%	3.469.133	100,0%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item 10.1 desse Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Aproximadamente 80% da receita operacional da Companhia é referenciada à cotação dos preços da soda cáustica e PVC no mercado internacional em dólar norte-americano e o restante, à cotação de preços no mercado interno em real.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo as receitas não estando indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), os custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do etileno, item primordial no processo de produção do PVC, que tem referência em dólares norte-americanos. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira, assim como no sal, em menor escala. Cerca de 30% do custo dos produtos vendidos está atrelado ao dólar norte-americano. A Companhia possui uma estratégia defensiva de gerenciamento de risco de variação cambial, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Companhia.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme demonstrado no item 10.1 acima. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia possui, também, um débito com terceiros em moeda estrangeira no valor de US\$ 136,0 milhões, conforme descrito no item 10.1.d acima.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em setembro de 2020 a Companhia concluiu a formação de joint venture com a AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê”), através da aquisição de 50% das ações da Tucano Holdings III (“Tucano Holdings”) com controle compartilhado com a AES Tietê. O Acordo de Investimento tem o objetivo a geração total de 155 MW de energia eólica, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada. A fazenda eólica está em construção e faz parte do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia.

Em 2019, dando continuidade ao processo de aquisição em etapas, a Unipar lançou uma segunda oferta pública para aquisição de até a totalidade das demais ações em circulação, representativas do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C, com finalidade de cancelamento do registro de companhia aberta (“OPA”). A operação foi aprovada pela Comissão Nacional de Valores (“CNV”), iniciada em 14 de agosto de 2019 e finalizada em 30 de dezembro de 2019. Com adesão à oferta e aquisições no mercado, a OPA resultou em uma aquisição total de 44.200.801 ações ordinárias representativas de 10,68% do capital. O valor pago aos acionistas, decorrentes da OPA, foi efetuado em 29 de novembro de 2019, ao preço de AR\$ 25,01 (pesos argentinos) por ação. Com o resultado das etapas de aquisição, a Companhia passou a deter um total de 407.823.544 ações do total de 414.283.186 ações, o que representa um percentual de participação de 98,4% (87,7% em 31 de dezembro de 2018) do capital votante da controlada.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou às suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores pode criar jurisprudência que difira do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade de as próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria / desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

Provisões para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *Impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

Passivo Ambiental (recuperação ambiental)

A Companhia está exposta a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento às suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

As controladas Unipar Indupa do Brasil S.A e Unipar Indupa S.A.I.C. têm custos estimados de recuperação ambiental em áreas específicas e continuam investigando outras áreas em suas plantas, para identificar, caso existam, danos ambientais causados por suas operações, conforme previsto no item 4.3 do Formulário de Referência da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)****i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. Natureza e o propósito da operação**
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla basicamente a implantação de projetos voltados para a continuidade operacional e manutenção das instalações fabris, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental e saúde ocupacional.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Controladora. Encontra-se, atualmente, em análise pela Companhia, o projeto de troca do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana, principalmente no tocante ao montante de investimento necessário e data do início da operação.

Em novembro/2019, a Companhia divulgou a projeção de investimento (Capex) a ser dispendido para a construção de parque eólico no Nordeste, em parceria com AES Tietê S.A., no montante total de R\$ 620,0 milhões, na qual a Companhia possui 50% de participação das ações da Tucano Holding III S.A.. O acordo de investimento foi celebrado em 3 de setembro de 2020, por meio do qual a Companhia adquiriu sua participação pelo montante de R\$ 40,1 milhões, dos quais R\$ 30,5 milhões foram pagos em dinheiro na data da assinatura do acordo e o saldo remanescente, de R\$ 9,6 milhões, serão pagos nos doze meses seguintes.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da Administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são geração de caixa operacional, capital do acionista e capital de terceiros por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. Novos produtos e serviços:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados:

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.